

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Embora a decisão seja dolorosa, ela é necessária diante da escalada inflacionária que está longe de ser controlada.

Banco Central sinaliza ajuste menor da Selic na próxima reunião



Ed. Alves/DB/DA Press

Com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, agora liderado por Gabriel Galvão, de elevar a Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, em um ponto percentual, o índice chegou a 14,25% ao ano, atingindo maior nível desde outubro de 2016. Embora a decisão seja dolorosa, ela é necessária diante da escalada inflacionária que está longe de ser controlada. A intenção é conter o avanço dos preços, mas também garantir a estabilidade da moeda e preservar a credibilidade da política econômica. No curto prazo, a medida machuca, mas traz benefícios no cenário mais distante. O comunicado do Copom sinalizou alta menor na próxima reunião: "Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da inflação, da elevada incerteza e das defasagens inerentes ao ciclo de aperto monetário em curso, o Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, um ajuste de menor magnitude na próxima reunião."

AFP



As incertezas atuais estão excepcionalmente elevadas"

Jerome Powell,
presidente do Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos

Divulgação/João Pontes



Grupo Boticário vende empresa de tecnologia

O Grupo Boticário, uma das maiores empresas de cosméticos do Brasil, decidiu vender a Casa Magalhães, companhia cearense especializada em soluções tecnológicas para o varejo. O que chama a atenção é o fato de o Boticário ter comprado a firma há apenas 4 anos. Agora, pouco tempo depois, se desfaz do negócio. A compradora é a Cleam Capital, que atua no ramo de monitoramento logístico e telemetria, mas que pretende expandir a presença no setor varejista. O valor da transação não foi revelado.

R\$ 5 bilhões

é quanto a empresa de infraestrutura EcoRodovias vai investir em 2025. A maior parte dos recursos será destinada para concessões rodoviárias

Mercado reduz estimativa de déficit para 2025 e 2026

O mercado financeiro reduziu a previsão de déficit primário do governo federal — que exclui os gastos com juros da dívida pública — em 2025. De acordo com o novo relatório Prisma Fiscal, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda, o valor chegará a R\$ 75 bilhões, abaixo dos R\$ 80 bilhões estimados anteriormente. Para 2026, a projeção de déficit caiu de R\$ 83 bilhões para R\$ 79 bilhões. A expectativa para a dívida bruta do governo geral em 2025 manteve-se em 80% do PIB.

Municípios alertam para perdas bilionárias com isenção do IR

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima que as cidades brasileiras terão perdas expressivas com a isenção do Imposto de Renda para salários de até R\$ 5 mil mensais. A CNM calcula um impacto total de R\$ 11,8 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões de perda na arrecadação própria (IR retido na fonte de funcionários públicos municipais) e R\$ 6,9 bilhões na redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como se vê, o governo enfrentará forte oposição para aprovar o projeto no Congresso.

RAPIDINHAS

» O Broto, plataforma digital do Banco do Brasil, atingiu R\$ 5 bilhões em negócios em 2024. Agora, sua meta é dobrar o valor em 2025. A plataforma oferece marketplace, serviços financeiros e, recentemente, incorporou operações de barter (troca de insumos por produtos agrícolas). Desde a sua criação, em 2020, o Broto já transacionou cerca de R\$ 9 bilhões.

» A Solar Bebidas, uma das principais fabricantes da Coca-Cola no Brasil, vai investir R\$ 70 milhões em novas tecnologias para reduzir o consumo de água em suas operações no país. Na última década, a empresa reduziu em quase 30% o volume de água utilizado na produção de refrigerantes.

» Depois da tempestade, quase sempre vem a bonança. Um ano após as enchentes que devastaram plantações, o Rio Grande do Sul espera colher 750 mil toneladas de uva na atual safra. Se o número for confirmado, representará um salto notável de 40% em relação ao ciclo anterior, além de ser o maior volume da história.

» A montadora japonesa Nissan vai eliminar 20% dos cargos de alta gerência como parte de um processo de reestruturação. A redução começará em 1º de abril, data em que Ivan Espinosa assumirá como novo CEO. Segundo a empresa, a medida é uma resposta à necessidade de se adaptar às mudanças do mercado automotivo mundial, agora dominado pelos chineses.

NEGÓCIOS / Estudo sobre a lei que impõe restrições a estrangeiros na aquisição de terras no Brasil alerta para risco de danos econômicos. Assunto está em análise no Supremo Tribunal Federal e será tema de debate no CB Fórum

Impasse sobre terras no STF

» FERNANDA STRICKLAND

O investimento estrangeiro em terras rurais no Brasil está no centro de discussões econômicas e jurídicas, diante do impasse regulatório e dos impactos potenciais no setor agropecuário e mineral. Um estudo da LCA Consultoria Econômica indica que restrições à aquisição e ao arrendamento de terras por empresas brasileiras com capital estrangeiro podem prejudicar o crescimento econômico do país.

Desde 1971, a Lei 5.709 impõe limites à compra de terras por estrangeiros. Em 2010, a Advocacia-Geral da União (AGU) ampliou as restrições, equiparando empresas brasileiras com capital estrangeiro a pessoas jurídicas estrangeiras. Essa interpretação motivou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 342, em análise no Supremo Tribunal Federal (STF).

O estudo da LCA destaca que empresas estrangeiras têm papel fundamental nos setores intensivos em terra, como agropecuária, mineração e produção florestal. Dados apontam que essas empresas são responsáveis por 22% dos empregos nesses setores e representam 4% da massa salarial das empresas que recebem Investimento Direto no País (IDP). Além disso, essas corporações foram responsáveis por 34,3% das exportações de bens e serviços em 2022, com um saldo positivo de US\$ 44,2 bilhões na balança comercial.

Para o economista Bernardo Gouthier Macedo, da LCA, a restrição ao capital estrangeiro pode desencadear uma onda de insegurança no setor: "Identificamos 113 transações entre 2010 e 2023 envolvendo empresas que utilizam terras rurais em suas

Reprodução



A aquisição da Eldorado Celulose pela Paper Excellence é um exemplo da insegurança jurídica

operações. A incerteza jurídica pode levar à venda forçada de ativos, disputas judiciais e inviabilização de investimentos, o que traria impactos econômicos negativos expressivos".

Insegurança jurídica

Um caso rumoroso reflete essa insegurança. A aquisição do complexo industrial da Eldorado Celulose, em Três Lagoas (MS), pela Paper Excellence, criou um impasse com a J&F. A J&F alega que a empresa estrangeira deveria ter obtido autorização prévia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Congresso Nacional. A Paper, por sua vez, argumenta que comprou um complexo industrial, não terras.

Caso prevaleça a interpretação mais restritiva sobre a compra de terras, fusões e aquisições no setor rural podem ser travadas, impactando diretamente o mercado e os atos jurídicos previamente celebrados.

Para o advogado Francisco Godoy, especialista em direito agrário, a legislação atual não reflete a dinâmica dos negócios modernos. "A Lei 5.709/71 foi criada sob um paradigma fundiário ultrapassado. Hoje, terras rurais são utilizadas para usinas fotovoltaicas, exploração de óleo e gás, mineração e até projetos imobiliários. As restrições dificultam investimentos essenciais para o desenvolvimento do Brasil", afirma.

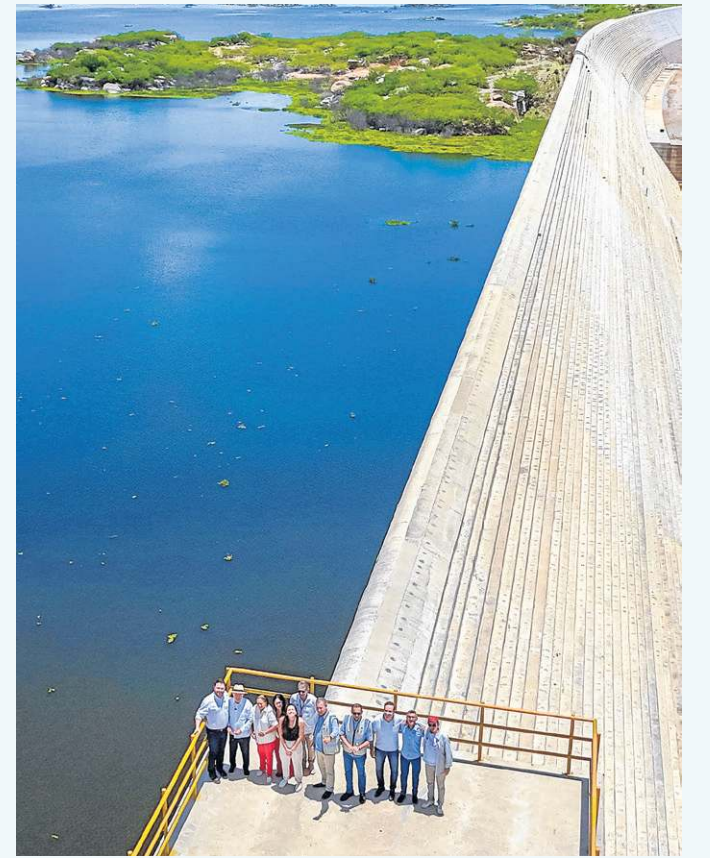
A insegurança jurídica também impacta o mercado de

fusões e aquisições. "Se todos os investimentos que envolvem terras rurais tiverem que passar pelo Incra, o órgão precisaria ser reestruturado para lidar com a complexidade dos negócios", pontua Godoy.

Na próxima semana, o Correio promoverá a edição do *CB Fórum*, com o tema "Cenário dos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro". O evento será realizado no dia 25, a partir de 9h30, no Auditório do *Correio Braziliense*. O evento contará com três painéis. O primeiro falará dos Investimentos Estrangeiros no Agronegócio Brasileiro; o segundo sobre Investimentos Estrangeiros e Terras Rurais; e o terceiro sobre Insegurança jurídica para o estrangeiro investir no Brasil.

RN ganha Barragem

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou ontem a barragem de Oiticica, na cidade de Jucurutu, Rio Grande do Norte. A obra começou em 2013, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, e contou com R\$ 765 milhões em investimento do governo federal desde então, sendo R\$ 163,1 milhões da atual gestão. Segundo o Planalto, a barragem vai beneficiar 22 municípios e cerca de 294 mil pessoas, na região do sertão do Seridó. A obra vai aumentar o acesso da região à água, e faz parte do programa Água para Todos, com investimento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com a estrutura, a capacidade de armazenamento de água no local aumenta de 75,5 milhões para 742 milhões de metros cúbicos. Durante o evento, Lula também assinou a autorização para construção da Aduana do Agreste Potiguar, sistema de abastecimento de água que vai atender 38 municípios do Rio Grande do Norte, com vazão de 890 litros por segundo, e investimento de R\$448,46 milhões. O prazo para execução da obra é de cinco anos.